

FINANÇAS. Redução de gastos deve começar logo nos primeiros meses, em cumprimento à LRF

ESTADO TEM SÉRIOS PROBLEMAS

Atualmente, por exemplo, os gastos com folha de pessoal comprometem o limite prudencial da lei de 46,55% e o limite máximo de 49%

MARCOS RODRIGUES
REPÓRTER

Os desafios do governador Renan Filho (PMDB) não serão poucos. Conforme dados colhidos pela equipe de transição do novo governo, Alagoas tem sérios problemas a ser enfrentados, para que possa se desenvolver e honrar os compromissos financeiros locais e nacionais.

Do ponto administrativo, a redução de gastos deve começar logo nos primeiros meses, para que o Estado possa se adequar ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Atualmente, por exemplo, os gastos com folha de pessoal, em especial comissionados, comprometem o limite prudencial da lei de 46,55% e o limite máximo de 49%. Isso quer dizer que aproxi-

madamente 82% da receita está comprometida com gastos fixos, e pouco mais de 17% estão disponíveis para o custeio.

Para Christian Teixeira, que assumirá a Secretaria de Planejamento e Gestão, os números, mesmo sendo primários, representam um desafio para a nova equipe. “Os verdadeiros números só serão descobertos quando forem feitos o confronto de dados a partir de primeiro de janeiro. Mas, o desafio será gerar receita”, disse.

O fato de que Alagoas precisa garantir maior arrecadação não é novidade. O problema é que o programa de incentivo para a atração de empresas, garante por pelo menos 15 anos de isenção fiscal.

Para o professor de Economia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Fábio Guedes, a situação é

Realidade

Aproximadamente 82% da receita do Estado está comprometida com gastos fixos, e pouco mais de 17% estão disponíveis para o custeio

preocupante.

Ele analisa que tão importante quanto criar condições favoráveis à instalação das plantas industriais, era fundamental o estudo de impacto. “Esse é um grande problema. Temos um Estado pobre que precisa arrecadar. Mas, em relação às isenções foram feitas aleatoriamente, sem estudo. Deveria se saber o impacto”.

Quem conhece bem essa realidade são os servidores da Secretaria da Fazenda (Sefaz). A categoria, que tem qualificação diferenciada, lida diariamente os números que cercam a economia alagoana. No mês passado, o



ARQUIVO GA

Novo secretário de Planejamento, Christian Teixeira diz que número obtidos pela equipe de transição representam um desafio

Sindicato dos Fiscais de Renda do Estado de Alagoas (Sindfisco) revelou que a dívida interna aumentou em 63%, saltando de R\$ 5,7 bilhões para 8,4 bilhões, nos últimos oito anos.

Quando o assunto é arrecadação, a presidenta da entidade, Lúcia Beltrão, diz que atualmente Alagoas só fiscaliza empresas de pequeno porte, por

não ter “aparato tecnológico” para fazer o mesmo com os grandes empreendimentos.

A dirigente lembra que para arrecadar, Alagoas precisa garantir mecanismos que controlem o que fica de imposto com a venda de álcool e açúcar.

Assim seria o caminho, para tentar criar condições para construir uma diminuição do Fundo de Par-

ticipação dos Estados, que é um repasse federal, bem como dos empréstimos.

Os sindicalistas acreditam na reversão do quadro, por parte do próximo governo. Tanto que se dispõem a apresentar propostas, desde que sejam ouvidos e possam contar com um técnico na Fazenda, sem comprometimento com nenhum segmento econômico alagoano. ☉